

## COOPERATIVISMO NAS COOPERATIVAS DO AGRESTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Franklin Alves dos Santos<sup>1</sup>; Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Cristina Brito Arcoverde<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Serviço Social – CCSA – UFPE; E-mail: alvespx@live.com,

<sup>2</sup>Docente/pesquisadora do Depato de Serviço Social – CCSA – UFPE. E-mail: ana.arcverde@gmail.com.

**Sumário:** O presente trabalho tem por objetivo avaliar os possíveis ganhos políticos para os trabalhadores que participam de empreendimentos solidários na Região do Agreste do Estado de Pernambuco e quais os reflexos desses ganhos para a comunidade local. A investigação teve por objetivo avaliar a percepção política dos trabalhadores associados nas cooperativas existentes na Região do Agreste pernambucano, destacando sobretudo, os impactos – as mudanças subjetivas – na ação política dos trabalhadores que vivenciam nas cooperativas diferentes experiências de trabalho coletivo. Os ganhos políticos foram apreendidos por meio de dados e informações obtidos em entrevistas semiestruturadas realizadas com associados e representantes de doze cooperativas nos municípios do agreste pernambucano. A análise de conteúdo foi orientada pelas categorias participação, empoderamento e politização, que permitiram aproximação dos resultados quanto a materialização da trajetória política desses trabalhadores.

**Palavras-chave:** avaliação; cooperativa; participação

### INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui será discutido teve como ponto de referência o subprojeto de iniciação científica intitulado: “Avaliação dos Impactos Ideológicos e Políticos dos Empreendimentos Solidários em Pernambuco”. A pesquisa ofereceu contribuições importantes não somente para compreender a relação entre condições de trabalho, relações de produção e ideologia dos produtores associados, mas foi útil à reprogramação de atividades dos próprios empreendimentos, aperfeiçoamento de experiências e sua defesa como proposta possível para a transformação da realidade social e formulação de projetos nessa direção como política pública. Apesar da existência de estudos no Brasil sobre o fenômeno da economia solidária e, ou dos empreendimentos solidários, a avaliação de seus impactos, inclusive no plano da ação política em Pernambuco, é rara. Nessas formas de organização coletiva do trabalho e renda são estimuladas a autogestão, a cooperação, e a solidariedade social como alternativa à busca de melhoria das condições de existência dos trabalhadores. Em geral valoriza-se o sentimento comunitário, o igualitarismo, a reciprocidade, a organização democrática, participativa e auto-gestionária. Tais empreendimentos, afirma Singer (2002), desenvolvem-se à base de dois princípios fundamentais: igualdade no poder e sócio-econômica. Tais princípios provocam mudanças na ação política e, ou se materializariam nos empreendimentos econômicos solidários no Estado? Aqui se fará uma breve análise e avaliação dos possíveis ganhos políticos obtidos pelos cooperados e buscará se levantar se esses ganhos forneceram ou não impactos em suas vidas.

### MATERIAIS E MÉTODOS

Conforme leitura realizada, até o momento de meu ingresso na pesquisa, foi construído um universo de empreendimentos econômicos que procederam à amostra estabelecida através de banco de dados obtidos em pesquisas anteriores e realizada junto à OCB-PE, JUCEPE e

Cartórios, com os registros dos empreendimentos solidários do estado de Pernambuco. O universo da mesorregião do Agreste conta com 500 empreendimentos. Deste universo foi retirada uma amostra aleatória simples que resultou em 84 empreendimentos sorteados a partir do programa *Randon Number Generator*, do site Star Trek (startrek.com). Tanto o universo quanto a amostra incluem cooperativas, associações, grupos entre outras formas de trabalho que compunham o universo construído. Os dados em questão foram obtidos a partir de uma recontagem de todos os empreendimentos dispostos no universo. Dos 84 empreendimentos, 81 foram visitados e destes apenas 12 se caracterizavam/ ou se denominavam como cooperativas.

Ao iniciar minhas atividades, a coleta de dados no agreste pernambucano já havia sido realizada, e se encontrava na fase da transcrição das entrevistas e na apuração das mesmas, que consiste na inserção das entrevistas no Programa SPHINX que busca organizar e captar qualitativamente os dados em questão, tendo como meta, de acordo com os objetivos do subprojeto de pesquisa, compreender, entre outras coisas, de que forma as condições de trabalho e relações sociais de produção nos empreendimentos vem provocando mudanças na percepção política dos trabalhadores das cooperativas.

Construiu-se, além da análise do SPHINX, um quadro analítico com os trechos dos depoimentos aglutinando as respostas às questões centrais e, ou categorias importantes e que podem dar respostas sobre os impactos e mudanças verificadas.

Sendo assim, a análise dos dados foi realizada através de um quadro apurador organizador, construído pela pesquisadora, depois do conteúdo ser submetido ao software SPHINX para possibilitar a captação dos conteúdos referentes às categorias participação, empoderamento e politização definidas para avaliar se há mudanças na ação política dos trabalhadores depois de seus ingressos nos empreendimentos econômicos solidários. As categorias de análise do quadro apurador estão classificadas em dimensões políticas, sendo considerada na análise politização, empoderamento e participação. Para obtenção e recorte dos dados sobre as três categorias utilizamos os resultados das questões de números 49 a 56 da entrevista semiestruturada.

Para a concretização desta apuração, foi realizado um recorte dessas perguntas das entrevistas semiestruturadas possibilitando o conhecimento quanto à mudança proporcionada na trajetória política dos trabalhadores a partir da participação destes nesses espaços onde o trabalho coletivo é pautado em princípios opostos aos princípios da economia hegemonicamente predominante, a economia capitalista.

A avaliação de impactos políticos foi realizada a partir dos dados organizados e sistematizados, o que poderá oferecer contribuição importante para a compreensão do que se propõe a Economia Solidária e, se, é possível afirmar que há uma relação entre condições de trabalho e a mudança de ideias dos associados em relação a outras formas de trabalho.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da ideia de que a política se propõe a interesses conflitantes que percorrem entre as demandas do capital e do trabalho é possível assegurar que “falar de política é falar de diversidade e de contradição” (SILVA, 2008: 90). Ainda quanto à definição de política e esse conflito de interesses assim como afirma Ribeiro (1998): “política refere-se ao exercício de alguma forma de poder e, naturalmente, às múltiplas consequências desse exercício”. Como exemplo do desdobramento das materializações políticas após a entrada nos empreendimentos econômicos solidários trabalhou-se três mediações: participação, empoderamento e politização. Como aponta Oliveira (2004), iniciativas solidárias concebem um espaço próprio de alternativas societárias, de politização das relações da

vida, de empoderamento social e de construção da cidadania. Singer (2000) contribui com esta reflexão ao afirmar que:

(...) para os trabalhadores e trabalhadoras que foram estigmatizados por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos/as, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados/as e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo. Para assim verificar a trajetória política dos participantes destes empreendimentos que visam princípios totalmente diferentes dos propostos na economia capitalista.

Participação social é uma modalidade de participação política que se realiza nos mais variados espaços sócio institucionais e que pode acontecer de modo restrito ou ampliado. A participação restrita se expressa na total integração e dedicação ao empreendimento e seus processos de produção e, ou da associação e suas atividades, ou de outras formas organizativas em suas vinculações a algum ator político coletivo estratégico, como é o caso: do partido político, do governo local, da igreja; sobre a participação ampliada ela se expressa na integração ou adesão à outros espaços sócio institucionais, outras organizações, partido político, lutas pontuais e aos movimentos sociais.

Explorando o conteúdo das entrevistadas quanto à participação temos que: para eles, muitas vezes, fica difícil participar de outras organizações; a participação para grande maioria restringe-se apenas nas cooperativas, para as quais se dedicam integralmente. Outros relataram que foi após a entrada na cooperativa que começaram a se interessar e participar de outras organizações, e, ainda, que já participavam em outras organizações antes de participar da cooperativa. Assim, a participação nas cooperativas pode ter acontecido por experiências anteriores e ao mesmo tempo levar à participação noutras organizações.

A participação social, independentemente de ser restrita ou ampliada, seja como luta permanente ou não, qualifica o sujeito, levando-o ao empoderamento pessoal e/ou coletivo pela aprendizagem que a experiência com o empreendimento ou a associação proporciona, e provocam mudanças na consciência dos sujeitos que qualificam suas práticas. Tratam-se dos chamados impactos subjetivos.

Ao que se percebe, as cooperativas como parte dos empreendimentos econômicos solidários podem ser espaços com grande potencial para uma participação política qualificada, contudo podem não se dar de forma homogênea entre os associados, pois depende de como se gera essa ampliação política.

A efetiva participação desses trabalhadores com possíveis desdobramentos políticos ou sociais acarreta uma evolução nesse processo político, isto é, ao processo do empoderamento. Em geral o empoderamento pode contribuir para a ação política que gera emancipação individual e consciência, coletiva indispensáveis à superação da dependência social e dominação política, construindo formas de ideologia que superem a ideologia capitalista dominante no momento, ou seja, consciência em si e para si. (KOSIK, 1970).

O empoderamento devolve poder e dignidade a quem desejar o estatuto de cidadania, e principalmente a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro. O débito social das instituições políticas e estatais diminui à medida que seus agentes desenvolvam ações e condutas de efetiva participação e mudanças sociais. (PEREIRA, 2006: 1)

Relacionando com a dinâmica de funcionamento dos empreendimentos, pode-se afirmar que empoderamento representaria a capacidade que os participantes desenvolvem ao estarem inseridos em um trabalho produtivo feito de forma coletiva, mas pautado em

um princípio de cooperação diferenciado do proposto na lógica capitalista resultando em uma qualificação da ação política. A tomada de decisões, por exemplo, pode direcionar os trabalhadores a conhecimentos sobre seus direitos, assim como a contínua luta pelo exercício desses direitos. Empoderamento igualmente pode indicar uma possibilidade de emancipação de dependências políticas e sociais, além da consciência em si.

Sobre o empoderamento proporcionado pelas cooperativas, os 12 entrevistados, se expressaram pela apropriação de conhecimentos pessoais no âmbito das relações interpessoais, dos direitos e deveres como pessoa, como categoria de trabalhador, como cidadão e da realidade vivida. Mas ainda não como classe em seu potencial político e protagonista.

Quanto à politização, está diz respeito em sua forma prática a ação dos trabalhadores a uma consciência para si, participando politicamente nos espaços, e exercendo a ação política de forma diferenciada e ampliada, inclinada a uma ação sociopolítica e político-partidária. (Arcoverde, 2013)

Conforme os dados revelados na tabela acima podemos constatar que a participação na dimensão política partidária é restrita, pois em apenas 04 dos casos estudados ou 32,23% confirmaram filiação a um dos múltiplos partidos políticos e 08 dos entrevistados, ou seja: 65,45% afirmaram não possuem filiação partidária. O que não quer dizer que deixem de exercer o voto, mas se restringem à essa dimensão da cidadania.

Além de estarem filiados a partidos políticos, os entrevistados afirmaram que depois de participarem das cooperativas, não só passaram a participar de outros espaços, mas se empoderaram de conhecimentos e experiências diversas.

Pode-se constatar ampliação da politização, mas não necessariamente mais consciência política ou conhecimento da proposta política e sua direção. Percebemos que a filiação a partidos políticos, pela maioria, não é considerada “confiável ou algo bom”, pois a maioria não possui esse vínculo, e os que estiveram nesses espaços os abandonaram e os criticam. Isso pode ser justificado pela experiência negativa que tiveram quando membros dos partidos.

## CONCLUSÕES

A principal conclusão da nossa pesquisa foi ver a falta de empoderamento, politização e participação dos trabalhadores dos empreendimentos solidários, isso nos impulsiona para estudos futuros nos quais possamos tentar descobrir o motivo disso. O resultado da nossa pesquisa é importante pois leva a uma reflexão sobre os verdadeiros impactos dos empreendimentos solidários na vida dos trabalhadores dos mesmos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Prof<sup>a</sup> Ana Arcoverde por conceder a oportunidade de fazer parte desta pesquisa. Sou grato à UFPE e ao CNPq por possibilitarem o seu andamento. Por fim, agradeço imensamente a companhia de Carol, Tânia e Rozalina, que também participaram da pesquisa, por terem me apoiado a todo o momento.

## REFERÊNCIAS

PEREIRA, Potyara. A. P.; BRAVO, Maria Inês S. (Org.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política; quem manda, por que manda, como manda**. 3.Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é Cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.